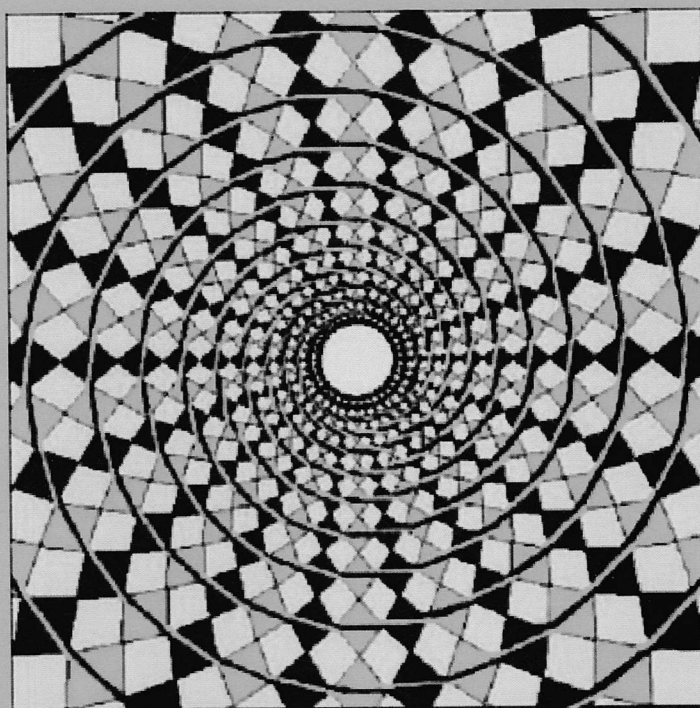


Escola Superior de Educação de Bragança
30 de Abril, 1 e 2 de Maio de 2009

Investigar Avaliar Descentralizar



Guia do Congressista



Sociedade Portuguesa
de Ciências da Educação



INSTITUTO POLITÉCNICO Escola Superior de Educação
DE BRAGANÇA

- Promover uma participação activa do aluno no processo ensino-aprendizagem,
- Estimular a criatividade;
- Desenvolver:
 - ❖ hábitos e métodos de trabalho,
 - ❖ a responsabilidade,
 - ❖ a autonomia,
 - ❖ a capacidade de raciocínio,
 - ❖ a capacidade de comunicação;
 - ❖ Contemplar os diferentes ritmos de aprendizagem;
 - ❖ Reduzir a discrepância de resultados entre as avaliações internas e externas;

Nesta comunicação as docentes supracitadas apresentarão as estratégias desenvolvidas no âmbito deste projecto, a sua relevância no processo ensino-aprendizagem, bem como o seu contributo para a formação de cidadãos competentes.

212 - REVISITANDO A EDUCAÇÃO PARA A CIDADANIA EM PORTUGAL: OLHARES SOBRE A PRÁTICA E A TEORIA

Manuel Gonçalves Barbosa

A educação para a cidadania em Portugal ao nível da escolaridade básica (9 anos) e do ensino secundário (3 anos) é uma opção de política educativa que se manifesta, com alguma intensidade retórica, nas mais diversas peças legislativas de enquadramento e orientação desses níveis do sistema de ensino, em particular na Lei de Bases do Sistema Educativo (1986), no Decreto da Reforma Curricular de 1989 e, mais recentemente, nos normativos que estabeleceram os princípios da organização e da gestão dos currículos do ensino básico (Decreto-Lei nº 6/2001 de 18 de Janeiro) e do ensino secundário (Decreto-Lei nº 74/2004 de 26 de Março). As medidas tomadas são várias, mas todas elas convergem no sentido de dar relevo à educação para a cidadania na escola e especial protagonismo aos professores nessa matéria, seja no âmbito das actividades curriculares disciplinares que cada um realiza na sua especialidade de docência, seja na área de formação cívica, especificamente criada na escolaridade obrigatória para constituir um espaço privilegiado de educação do cidadão, visando o desenvolvimento da sua consciência cívica.

Revisitar a educação para a cidadania em Portugal, com visão crítica e amplitude de olhar, é ter em conta essa normatividade legal, o modo como se tem vindo a concretizar no terreno e como se conjuga, portanto, a teoria com a prática. Será que as práticas escolares estão em sintonia com as intenções do legislador? Há desencontros entre o quadro teórico da educação para a cidadania e a sua implementação no terreno? Que pensam os actores? Há algum sentimento de frustração? Que medidas se estão a tomar, nomeadamente por parte do ministério da educação, para cumprir o desiderato de uma escola promotora de cidadania?

O modo português de implementar a educação para a cidadania nas escolas tem as suas especificidades e é condicionado pela situação da conjuntura, especialmente se nos reportarmos ao momento presente, momento em que as preocupações são o combate ao insucesso e abandono escolares. Ainda assim, não é caso isolado no panorama dos sistemas educativos europeus, tal como é demonstrado pelas análises comparativas do Conselho da Europa e da própria Comissão Europeia. Por isso, vale a pena conhecer o seu trajecto mais recente para dele retirar ensinamentos úteis, quer no plano da decisão política ao mais alto nível, quer no plano das micro decisões que os actores têm de tomar no seio dos estabelecimentos escolares.

205 - OS PROJECTOS DE COMBATE AO INSUCESSO E ABANDONO ESCOLAR: UMA UTOPIA OU UMA REALIDADE

Manuel Luís Pinto Castanheira,

Assistente do 2º Triénio da Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Bragança e Doutorando do 2º ano do Doutoramento em História da Educação da Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de

O trabalho que vou apresentar é sobre o programa da turma de alunos de etnia cigana de Bragança de 2004, constituída por 19 alunos com idades compreendidas entre os 13 e os 18 anos, sendo alguns de etnia cigana, que foi integrada na Escola EB 2,3 Augusto Moreno, em Bragança, e a problemática que se originou à sua integração na mesma escola, motivando grande discussão na cidade e país. A esta distância de tempo, procuro fazer uma abordagem sobre a problemática originada analisando as suas causas e consequências. Procurarei ao mesmo tempo avaliar o sucesso deste programa neste grupo de alunos e as suas implicações no mundo do trabalho. Avaliar os benefícios que este programa trouxe a estes jovens? Onde se encontram hoje e quais os seus percursos de vida seguidos entretanto?

Esta turma foi a continuidade de uma Turma de alunos da qual eu era o Coordenador no âmbito do mesmo programa, que funcionou no ano transacto na Escola do 1ºCiclo do Campo Redondo, em Bragança, Esse projecto terminou em Julho de 2003.

O PIEF – (Programa Integrado de Educação e Formação de Bragança) é um Programa Integrado de Educação e Formação, medida de excepção que se apresenta como remediação quando tudo o mais falhou e à qual os jovens e suas famílias efectivamente aderem (depois de terem rejeitado outras existentes quer no sistema educativo quer na formação profissional ou de terem sido rejeitados...).

O PIEF foi criado pelo Despacho conjunto n.º 882/99 do Ministério da Educação e do Trabalho e da Solidariedade, tendo sido revisto e reformulado pelo Despacho conjunto n.º 948/2003 dos Ministérios da Educação e da Segurança Social e do Trabalho, publicado a 26 de Setembro, DR n.º223, II série.

Palavras chave: Educação; Insucesso Escolar; Abandono escolar; Reinserção Escolar; Integração Xenofobia

312 - O PAPEL DAS LÍNGUAS NA CONSTRUÇÃO DA CIDADANIA EUROPEIA O QUADRO EUROPEU DE REFERÊNCIA PARA AS LÍNGUAS

Sandra Gonçalves

Departamento de Didáctica e Organização Escolar da Faculdade de Ciências da Educação da Universidade de Santiago de Compostela em protocolo com o Instituto Piaget, sandra.goncalves@portugalmail.com

Tendo em conta a diversidade linguística da Europa e sabendo que a União Europeia se mostra determinada em preservar e promover a característica essencial das suas culturas, sentimos que importa que as instituições educativas assumam um papel determinante no sector do ensino-aprendizagem das línguas e culturas europeias. Na Estratégia de Lisboa e no programa de trabalho «Educação e Formação 2010», a capacidade para comunicar em línguas estrangeiras é considerada uma competência-chave e, portanto, há que encarar a resposta à necessidade de uma oferta séria e de qualidade, neste âmbito. Cientes de que o multilinguismo reforça a coesão social e promove o diálogo intercultural, criando oportunidades para descobrir outros valores, crenças e comportamentos, consideramos ainda que a promoção da aprendizagem da diversidade linguística e cultural tem que ser assumida como o objectivo principal do projecto que nos propomos levar a cabo na Linha de Investigação que estamos a organizar, no contexto do programa de doutoramento desenvolvido ao abrigo do protocolo existente entre o Instituto Piaget e a Universidade de Santiago de Compostela – *Perspectivas didácticas em Áreas curriculares*. Daí virá o conseqüente intercâmbio com instituições de outros países e de outras culturas.

A reforçar esta posição, lembramos que, entre as competências transversais, frequentemente referidas como objectivos interdisciplinares nos currícula nacionais, se evidencia a competência da comunicação – seja em língua materna, seja pelo recurso a línguas estrangeiras –, as competências sociais e cívicas, a sensibilidade e expressão culturais; estas competências são determinantes para o desenvolvimento escolar no seu todo e, portanto, merecem também a nossa atenção, na programação de actividades que nos propomos empreender. Tendo sempre presente as recomendações europeias, emergem objectivos que norteiam o empreendimento em curso:

- desenvolver o conhecimento e a compreensão dos jovens e do pessoal educativo para a diversidade e o valor das culturas e das línguas europeias;
- pôr em prática o ensino precoce de línguas e a aprendizagem integrada das línguas europeias;
- contemplar grupos heterogéneos (em termos de origem socioeconómica, cultura e língua materna, idade ou necessidades de aprendizagem);
- desenvolver a aprendizagem de línguas para fins profissionais.

Na apresentação deste projecto institucional, que conta com a consultoria de professores universitários de renome, esperamos poder contar também com o contributo de especialistas que, eventualmente, participem neste Congresso.